



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11123/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	18
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Processo nº 11123/2023

PARECER GPG N.º 490/PGM/2023  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
N.º 04/2023 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 07/06/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se a presente de impugnação interposta por FOCUS RESGATE CENTRO DE REINAMENTO EIRELI ao Edital de Pregão Presencial nº 04/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio, atendimento emergencial de primeiros socorros por meio de brigada de incêndio, visando atender as demandas existentes nas dependências e edificações públicas da Prefeitura de Maricá.

A impugnante relata, em síntese, que quando da publicação do edital, já havia sido registrada a convenção coletiva para vigência 2023/2024. Sendo assim, a mesma deveria ser considerada na formação dos custos. E que em pedido de esclarecimento, a resposta foi no sentido de realizar a licitação e requerer a repactuação ao tempo da assinatura do contrato.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Conforme relatado, a impugnante suscita questão da necessidade utilização da nova convenção coletiva para formação dos custos. Na verdade ao aceitar utilizar a nova convenção coletiva, seria



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11123/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	19
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

necessário refazer parte da etapa de formação dos custos. O que traria um atraso significativo na licitação, tendo em vista a necessidade dos serviços ora licitados.

Como existe a possibilidade de realizar a repactuação dos preços antes da formalização do contrato, ou tão logo o mesmo seja assinado, não há necessidade considerar a nova convenção coletiva, tendo em vista a diferença de tempo entre o protocolo da convenção e a publicação do edital de licitação.

Conforme texto extraído de orientações do TCU:

“Nas hipóteses a seguir, a repactuação poderá contemplar todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, desde que haja demonstração analítica dessa variação devidamente justificada, conforme preceitua o art. 5º do Decreto nº 2.271/1997:

- no caso da primeira repactuação dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o prazo mínimo de um ano a que se refere o item 8.1 da Decisão 457/1995 Plenário conta-se a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e do item 7.2 da IN/Mare nº 18/1997;
- no caso das repactuações dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua subsequentes à primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o item 8.1 da Decisão 457/1995 Plenário conta-se a partir da data da última repactuação, nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 2.271/1997 e do item 7.1 da IN/ Mare nº 18/1997. Acórdão 1563/2004 Plenário” (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11123/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	20
Rubrica	

“Abstenha-se de conceder reajustes pleiteados com base em eventual aumento de salário, salvo se decorrido prazo mínimo de um ano contado a partir da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo que, nessa última hipótese, considera-se como data do orçamento a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta. Acórdão 818/2008 Segunda Câmara”

Na mesma esteira, esta Especializada entende que paralisar a licitação para fins de recalcular os custos num momento tão avançado, seria desnecessário e oneroso ao município, não havendo óbice no seguimento da licitação, ante a possibilidade de formalização da repactuação posteriormente a homologação da licitação e respectiva contratação, o que não geraria qualquer prejuízo a licitante vencedora.

No entanto, consta nas afirmações do impugnante que fora realizado pedido de esclarecimento, que serviu como uma ressalva do direito a repactuação, e tendo a secretaria garantido a repactuação futura a todas as licitantes. A esse respeito, ao menos sob a perspectiva teórica, não identificamos qualquer burla a legislação. Entretanto, não verificamos nos autos a documentação a certificar o aspecto apresentado pela licitante, razão pelo qual a Secretaria responsável deve instruir os autos e declarar se há veracidade na circunstância fática alegada pelo impugnante, a qual se responsabiliza.

De todo modo, não deixa de ser uma questão técnica, em que a decisão final cabe ao órgão requisitante. Para todos os efeitos, parece-nos não haver óbice jurídico, tanto em utilizar a nova convenção coletiva posposta pela impugnante como manter a que já está sendo utilizada, uma vez que não haverá prejuízo para a administração pública, nem para a futura vencedora, desde que observadas as exigências supracitadas. Sendo uma questão discricionária da secretaria, levando-se em conta a urgência na realização do procedimento licitatório em questão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	11123/2023
Data do Início	30/05/2023
Folha	21
Rubrica	

Resta consignar que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório.

### III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento. À Secretaria de Proteção e Defesa Civil,

**Munique Mello de Andrade**

Assessora

Matrícula: 108.268

**Villy Teixeira Silva**

Assessor

Mat. 106.264

**FABRÍCIO MONTEIRO PORTO**

Procurador-Geral do Município